

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: 1321

Data: 12/01/90

Pg.: \_\_\_\_\_

# Tuma explicará retirada de garimpeiros a juiz

O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, garantiu ontem que explicará à Justiça, por escrito, e dentro do prazo estipulado de 72 horas, toda a operação de retirada dos garimpeiros das terras Yanomami, em Roraima. Ele revelou ter conversado por telefone com o juiz da 7ª Vara, Novelí Vilanova, que lhe solicitou as explicações.

Segundo o delegado, a liminar do Ministério Público exigindo a saída dos garimpeiros está sendo rigorosamente cumprida pela Polícia Federal que, em nenhum momento, desobedeceu ou desobedece a uma determinação judicial. Acrescentou que a operação de retirada está sendo realizada de acordo com o cronograma previamente elaborado pelos órgãos envolvidos na operação, que prevê o prazo de 30, 60 e 90 dias para a desocupação total da área.

### Mágoa

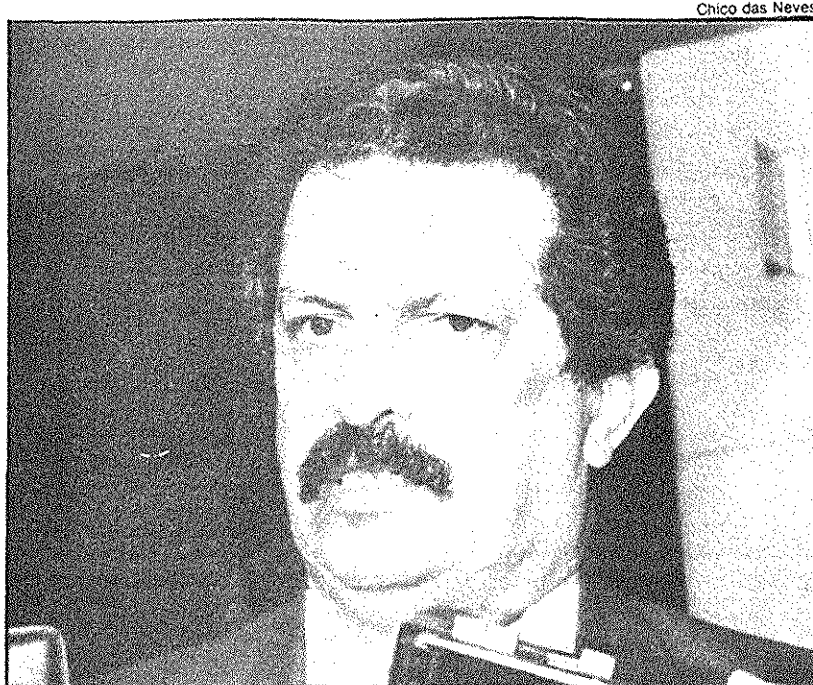
O delegado Romeu Tuma se disse magoado com os termos utilizados pelo procurador da República, Eugênio Aragão, na petição de medida cautelar expedida na noite de quarta-feira onde solicita sua prisão em flagrante por desobediência judicial. Ele afirmou que durante toda a sua vida profissional sempre obedeceu e respeitou as decisões judiciais e que os termos utilizados na liminar não condizem com sua condição de autoridade policial. Romeu Tuma garantiu que o procurador Eugênio Aragão, saberá com detalhes, toda sua vida moral e profissional.

De acordo com Romeu Tuma, agir com violência é sempre mais fácil e rápido, mas nem ele, nem a sociedade brasileira querem a utilização da violência na operação. "Fui à região para amenizar a tensão na área; não interferei no cronograma da operação. A área será desocupada da forma menos traumática possível, sem violência e garantindo as condições de ser humano de cada um dos garimpeiros", afirmou. Para tanto, a operação foi deflagrada com a ocupação de aeroportos e pistas de pouso clandestinas e distribuição de panfletos de esclarecimento em toda a selva.

### Saulo reage com ironia

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, reagiu ontem com ironia à iniciativa da Procuradoria Geral da República de pedir a prisão preventiva do superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, caso o governo transfira os garimpeiros da terra yanomami para a Floresta Nacional de Roraima. "A única cadeia para onde o doutor Tuma pode ser levado é a de rádio e televisão", afirmou o ministro. Para Saulo Ramos, nada impede que o governo, aplicando a Constituição, demarque área para atividade lícita da garimpagem nas florestas.

Saulo Ramos afirmou que a polêmica pode ser levada para decisão do Supremo Tribunal Federal, mas garantiu que o governo está agindo corretamente. O subprocurador da República, Carlos Vitor Muzzi, alega que existe liminar determinando a interdição de nove milhões de hectares para os yanomami.



Tuma alega não ter desobedecido à determinação judicial

## Índios perdem identidade

Os novos hábitos alimentares — como o arroz cozido — introduzidos entre os yanomamis, além da dependência afetiva e psicológica que de certa forma se criou nos índios, ao longo desses 3 anos de garimpo, acarretarão, sem sombra de dúvidas, problemas de ordem existencial que fatalmente poderão provocar a morte de vários yanomamis.

O alerta foi feito ontem por indigenistas da Funai, para quem a solução encontrada pelo governo, no sentido de deslocar o problema para outra área, fará apenas com que alguns índios caminhem alguns quilômetros a mais atrás da comida do garimpo.

Segundo um indigenista que não quis se identificar, os índios estão morrendo de fome há muito tempo e a assistência que lhes era omitida pela Funai acabou sendo suprida pelos garimpeiros. Por isso, na sua opinião, a solução que o governo encontrou foi a pior possível. Partindo do princípio de que a retirada não foi feita no início do

garimpo há três anos, esse indigenista considera que o melhor agora seria a Funai organizar a convivência dos índios com os garimpeiros que se comprometeriam a garantir-lhes uma infra-estrutura como hospitais, medicamentos e plantações.

### Desprotegidos

Essa, porém, não é a posição do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, que defende a retirada total dos garimpeiros para bem longe do território dos yanomamis e que ontem manifestou sua preocupação pelo fato de os garimpeiros continuarem nas proximidades.

Também o sertanista Sidney Possuelo, que se afastou da operação por não concordar com a negociação para mudar os garimpeiros de lugar, considera que o mal feito aos índios dificilmente será cicatrizado: "Isso vai levar muito tempo, pois eles estão desprotegidos e eu acho que vai continuar tudo na mesma, pois apenas tiraram o ladrão da cozinha para levá-lo para a sala".

## CNBB convoca sociedade

Belo Horizonte — O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, convocou ontem a sociedade para se organizar contra o acordo feito entre o governo e os garimpeiros em Roraima. Ao classificar de "ação covarde" a criação de três áreas de garimpo na floresta nacional de Roraima, dom Luciano alertou que os índios Yanomami correm risco de vida e disse que a Igreja Católica também está mobilizada para retirar os garimpeiros da região.

— Não podemos ser meros expectadores. Faço um apelo à sociedade para que atenda a esse grito de sobrevivência e se organize em favor dos Yanomami.

Ele acrescentou que há 22 anos a Igreja está trabalhando junto à comunidade indígena e, durante esse período, vem acompanhando a desintegração das famílias, dizimadas pelas doenças transmitidas pelos garimpeiros. O arcebispo de Mariana não quis comentar a solicitação da Procuradoria-Geral da

República contra o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, por ter desobedecido à determinação judicial que interdito a área dos Yanomami. Mas foi enfático ao afirmar que a não preservação da floresta nacional fere a Constituição.

Ao participar ontem da abertura da primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), na capital mineira, o presidente da CNBB limitou-se a dizer que espera do presidente eleito "um bom governo". Segundo ele, a Igreja Católica não estará fechada ao novo presidente e atuará, como sempre, na defesa dos mais fracos. dom Luciano acrescentou que a sociedade não deve cobrar realizações apenas do Executivo, mas preocupar-se em fortalecer o Legislativo.

— Não podemos negar colaboração já ao futuro presidente (...). É também um engano esperarmos ações apenas do Executivo (...). É necessário formar um Legislativo forte — disse dom Luciano.